

O AGRONEGÓCIO E A MECANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO: ENTRE LUCRO, PRECARIZAÇÃO E EXCLUSÃO

Márcia Cristina Verdego Gonçalves¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre o agronegócio e a mecanização do trabalho na efetivação da expansão agrícola. O avanço do agronegócio tem se intensificado nas últimas décadas, decorrente da inserção do país no cenário internacional, recebendo apoio financeiro e fiscal governamental para expansão das monoculturas e da pecuária extensiva, e também da mecanização do trabalho. Decorrente do processo de mecanização do trabalho em vista do agronegócio e do lucro exacerbado, muitos trabalhadores perderam seus postos de trabalho, sendo substituídos por máquinas, causando desemprego estrutural no país.

Palavras chave: Agronegócio; trabalho; mecanização.

Abstract: This paper aims to present some considerations about agribusiness and the mechanization of labor in the realization of agricultural expansion. The advance of agribusiness has intensified in the last decades, due to the insertion of the country in the international scenario, receiving financial and governmental support for the expansion of monocultures and extensive cattle raising, as well as mechanization of labor. Due to the mechanization of labor in view of agribusiness and exacerbated profits, many workers lost their jobs, being replaced by machines, causing structural unemployment in the country.

Keywords: Agribusiness ; job; mechanization.

¹ Graduada em Serviço Social e mestranda no PPGPS da UFMA. E-mail: <marciaverdego@hotmail.com>.

I. INTRODUÇÃO

O eixo de análise proposto neste trabalho parte do estudo da expansão do agronegócio atrelada às ações e estratégias adotadas para o desenvolvimento da agricultura no Brasil, a partir das décadas de 1960-70. Nesse estudo, essas ações e estratégias são pensadas como suporte para o desenvolvimento social e econômico do país e apropriadas enquanto fundamentos de uma nova representação da agricultura capitalista que, além de escamotear a concentração de renda, terra e capital, também busca ocultar os efeitos perversos dessa nova configuração para trabalhadores e camponeses.

Partindo do pressuposto de que a expansão do agronegócio não ocorre desconexa do processo de acumulação e concentração de capital, este estudo busca oferecer alguns elementos para a compreensão do que parece estar na base do discurso do agronegócio e sua conexão com o discurso do desenvolvimento econômico e sustentável.

Ou seja, trata-se de um processo marcado pelo estreitamento das relações entre o Estado e uma fração da elite agrária brasileira que, em meio a uma disputa acirrada pelo controle do capital no campo, é parte constitutiva de um movimento que se traduz na manutenção e reprodução de aspectos da “velha ordem” dominante, que, agora, são ressignificados numa nova roupagem: com o arcaico assumindo a feição de moderno em face do desenvolvimento econômico e sustentável, como forma de consolidar a expropriação da terra e o controle social do capital no campo brasileiro.

Observa-se como relevante neste trabalho que nas últimas décadas houve uma tendência de modernização da agropecuária, e um dos principais elementos nesse processo é a mecanização do trabalho para tal feito, principalmente na produção de grãos. A mecanização do trabalho no campo exigiu novas técnicas por parte dos trabalhadores. Em contrapartida as máquinas tem substituído uma quantidade considerável de trabalhadores, ocasionando desemprego. Por fim, o agronegócio transformou a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial.

II. CONCEITUANDO AGRONEGÓCIO

Trata-se de um movimento, portanto, que reforça a velha herança presente desde o início do processo de formação do povo brasileiro, quando já existia uma vasta empresa comercial que se apropriava de índios e negros como mão de obra escrava. Tomando como base as análises de Caio Prado Junior (1970), Silva (2008) afirma que o

Brasil vivenciou um verdadeiro processo de colonização exploradora, responsável por exterminar parcialmente as populações indígenas autóctones, além de devastar imensas áreas do território, em proveito do lucro exacerbado. Mas no processo de devastação exterminadora de ganância, impõe-se uma dinâmica marcada pela presença de uma vasta e vetusta civilização urbana e classista, em que o Brasil

[...] como país rico en tierra, agua, bienes naturales y biodiversidad, atrae el capital especulativo y agroexportador, acentuando los impactos negativos sobre los territorios y las poblaciones indígenas, quilombolas y comunidades tradicionales y campesinas (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014, p.127).

Diante de tais características, o agronegócio ganha força no Brasil, sobretudo, a partir das décadas de 1960-70, por meio de financiamentos e acumulação de capital, e ainda via mercantilização dos bens naturais, convertendo-se em um palanque neocolonizador. Para além desses elementos, outros fatores possibilitaram o avanço do agronegócio no cerrado brasileiro, principalmente em Mato Grosso, como o relevo constituído por planaltos e a exuberante abundância de recursos hídricos, transformando-se em área de expansão dos grandes latifúndios produtivos de grãos e pastagens (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Aqui cabe mencionar que o agronegócio – primeiramente conhecido como *agrobusiness* –, foi introduzido pelos economistas norteamericanos Ray Goldberg e John Herbert Davis, no ano de 1957, em decorrência dos problemas enfrentados pela agricultura com os setores (indústria e serviços). No Brasil foi traduzido como agronegócio, mas sua aplicação teve início apenas na década de 1990, com objetivo de contrapor a agricultura familiar desenvolvida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996 (PIRES *et al*, 2013).

A partir dessa década, o termo agronegócio torna-se sinônimo de agricultura moderna, realizada em moldes capitalistas, ligado a cadeia produtiva, visando a efetivação de uma agricultura de grande escala no país.

Os autores Davis & Goldberg (1957), definem o Complexo Agroindustrial (CAI), agribusiness ou agronegócio como

a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles (DAVIS & GOLDBERG, 1957, s/p).

Nesse sentido, o agronegócio se apresenta como o

[...] novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Constituindo numa construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista, predadora, expropriatória e excludente da agricultura capitalista” dando relevância ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias [...]. (CANUTO, 2004, p 2-3).

Portanto, o novo que se coloca no cenário agrícola, representa, na verdade, uma “velha estrutura baseada no latifúndio e na exportação, aliada à nova base técnica impulsionada pela revolução verde” (OLIVEIRA, 2001, 186). E essa comentada “revolução”, escamoteada no discurso de combate à fome, vem favorecer, de fato, a expansão da agricultura capitalista e a produção de *commodities*, por meio das grandes empresas capitalistas, em detrimento da apropriação da terra para trabalho dos camponeses brasileiros.

Como resultado, tem-se a derrota de uma efetiva proposta de reforma agrária, perpetuando uma situação fundiária que, em nada, altera a herança colonial do país. Em detrimento a qualquer tentativa de uso social para terras improdutivas, tem-se a manutenção de uma estrutura fundiária que expulsa e exclui parcela significativa da população do campo, inviabilizando uma reforma agrária abrangente que, verdadeiramente, pudesse promover a distribuição de terra no país.

III A MECANIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

O processo de modernização da agricultura no Brasil teve início a partir de meados da década de 1960, com a chamada Revolução Verde³. Com isso, tem o surgimento de novos objetivos e outras formas de exploração agrícola, ocasionando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. O conteúdo ideológico da modernização da agricultura, segundo Almeida (1997b, p. 39), incorpora quatro elementos ou noções:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, 1997, p. 39).

Diante desse cenário, a agricultura precisou reestruturar-se para elevar a produtividade. A meta imposta pelo agronegócio era que a produção fosse maior e o mais rápida possível. Esse “modelo” agrícola adotado na década de 1960-70 era voltado para a lógica do capital e da tecnologia externa. Muitos dos insumos eram fornecidos por grupos especializados, que passavam a fornecer desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A aquisição dos insumos eram facilitada por meio do crédito rural

proporcionado pelo Estado, e conseqüentemente ocasionando o endividamento e a dependência dos agricultores.

Esse novo padrão de desenvolvimento econômico imposto pelo agronegócio ocasionou a exclusão do homem do campo da geração de emprego e a diminuição da renda, entre outros. E com isso, esse processo desencadeou de certa forma uma desordem no espaço rural, decorrente do sistema capitalismo. Ficando, evidente por meio de processos históricos que a modernização da agricultura serviu para subordinar a terra ao capital.

Os autores Gonçalves e Souza (2000, p. 35) afirmam que a implantação da mecanização do agronegócio no Brasil é marcada por uma heterogeneidade estrutural que beneficia uma minoria e exclui uma grande quantidade de trabalhadores:

[...] na estrutura produtiva pela multiplicidade de padrões tecnológicos entre indivíduos, empresas, ramos de produção e regiões formando um conjunto de situações que reproduzem-se como um mosaico de disparidades. Na estrutura social apresenta-se nas relações de trabalho e de propriedade que conformam movimentos alargadores das diferenças de oportunidades, resultando numa realidade em que a exclusão consiste na marca mais visível da situação de desigualdades. Na estrutura política há a manutenção de hegemonia histórica de forças conservadoras que moldam uma ordem institucional que sanciona e garante a preservação de um sistema de privilégios (Gonçalves e Souza, 2000, p. 35).

De acordo com Graziano Neto (1982) a modernização da agricultura serviu para aumentar a desigualdade, e que a mesma se dá em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. E acrescenta: “É fácil mostrar que, em termos regionais, é o Sudeste e o Sul do país que mais se têm modernizado, particularmente os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul” (GRAZIANO NETO 1982, p. 45).

Para tanto, ocorreram transformações muito rápidas e complexas no setor agrícola implantado no campo, provocando o êxodo rural, e assim ameaçando a sobrevivência na cidade devido o seu inchaço. Martine (1987, p. 10) salienta que:

[...] o custo social das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida a produção e a produtividade aumentaram, mas não no ritmo esperado. A agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção *per capita* de alimentos básicos é menor do que no início da modernização. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchaço das cidades (MARTINE, 1987, p. 10)

Como se vê, com o acentuado êxodo rural, provocou o aumento dos problemas de moradia, de desemprego e, conseqüentemente, da miséria e violência nas cidades (TEIXEIRA, 2005).

A expulsão desses trabalhadores do campo cedeu lugar para as alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola, e com isso contribuiu-se para o surgimento da monocultura, que com a modernização da agricultura houve certa especialização no modo de produzir. Certos tipos de lavouras como a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo e o cacau no Nordeste, o café, o algodão e a cana-de-açúcar no Sudeste e o arroz, o trigo, a soja e a uva no Sul, deixaram de serem típicas de uma região para tornarem vastas áreas de monoculturas (SOARES, 2000). Em relação às monoculturas Gliessman (2000, p. 35) descreve que:

A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química (GLIESSMAN, 2000, p. 35).

Diante dessa realidade o cultivo das monoculturas tem desencadeado uma fragilidade ambiental, econômica e social. Na questão ambiental tem ocorrido a perda da diversidade, outra característica é a substituição das sementes tradicionais pelas cientificamente desenvolvidas, que tem como premissa o aumento da produção e o lucro. Portanto, buscando cada vez o aumento da lucratividade é que o agronegócio intensifica o processo de mecanização de sua produção.

De acordo com Bolsadi (et. al.2002, p. 24) é a partir da década de 1990 que ocorre a intensificação da modernização da agricultura por meio das tecnologias, assim destaca:

Nos anos noventa, principalmente no período pós-1995, a agricultura brasileira registrou fortemente a introdução de modernas tecnologias, especialmente aquelas destinadas para a colheita e pós-colheita de grandes culturas: cana-de-açúcar, café e algodão são os principais exemplos. Além das colhedoras mecânicas, também podem ser citadas as novas máquinas agrícolas “inteligentes”, controladas por programação eletrônica e transmissão via satélite. Além da redução da demanda de mão-de-obra, a introdução dessas tecnologias traz consigo a exigência de um novo perfil de trabalhador rural, com novas habilidades para processos produtivos mais automatizados (BOLSADI et. Al, 2002, p. 24).

A Sensor Rural Seade (2001, *apud* BOLSADI et al., 2002, p.24), exemplifica o significado que essa transformação causou no mundo do trabalho:

O impacto das novas colhedoras sobre o nível de demanda de mão-de-obra agrícola é muito significativo: na cultura do algodão, uma colhedora substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas; no café, uma colhedora automotriz pode eliminar o trabalho de até 160 pessoas; na cana-de-açúcar, uma colhedora elimina o trabalho de 100 a 120 pessoas; da mesma forma, na cultura do feijão, uma colhedora pode substituir o trabalho de 100 a 120 pessoas.

Sendo assim, fica evidente que a mecanização do trabalho atingiu a produção em maior escala, e com isso contribuiu para a diminuição de empregos. Tendo em vista que a maioria das máquinas utilizadas na lavoura necessita de qualificação para o seu manuseio, diminuindo o emprego mão-de-obra sem qualificação (TORMIN et al, 2013).

Os autores colocam ainda que o agronegócio é um sistema que gera poucos empregos, mas, em contrapartida promove a concentração da terra e expulsa inúmeros trabalhadores do campo. Conforme, alguns dados estatísticos do Incra (2003), as pequenas propriedades, com menos de 200 hectares, somam 3.895.968 imóveis. Essas terras ocupam uma área de 122.948.252 hectares e absorvendo 95% da mão-de-obra do campo e ainda assalariam 994.508 pessoas. As médias propriedades, com 200 a 2000 hectares, 310.158 imóveis, ocupam 164.765.509 hectares. Absorvem 4% do pessoal ocupado (565.761 pessoas) e assalariam 1.124.356 pessoas. Logo, as propriedades acima de 2000 hectares são só 32.264 e ocupam 132.632.500 hectares. Estas absorvem o trabalho de 45.208 pessoas (0,3%) e assalariam outras 351.9425. Estes dados deixam claros que a propaganda em relação a importância do agronegócio para o setor de emprego no país é algo bem diferente da realidade, quanto menor a propriedade maior tem sido o número de empregados.

E, que o avanço da tecnologia no campo anda junto com relações de trabalho atrasadas, inclusive com utilização de mão-de-obra em condições análogas à do trabalho escravo. Houve várias denúncias de prática de trabalho escravo em fazendas de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Nordeste. No Pará, a abertura de novas áreas, muitas delas griladas, continua a ser feita com mão-de-obra escrava. O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho libertou, em junho de 2004, 120 trabalhadores em quatro fazendas, no município de Campo Novo do Parecis, MT.

A estrutura fundiária no Brasil evoluiu de forma concentradora e excludente, e com isso dificultou o acesso à terra, aos trabalhadores rurais brasileiros (SILVA, 2000). O autor ainda, afirma que a maioria das propriedades está concentrada nas mãos de poucos proprietários, e que o acesso a elas também é restrito, ou seja, uma minoria que é detentora das terras do Brasil, e detém também a exploração das mesmas. Como consequência desse processo Ehlers (1999, p. 40) analisa que

O rápido processo de motomecanização e o aumento da concentração fundiária da agricultura brasileira contribuíram para o intenso processo do êxodo rural e, conseqüentemente, para a concentração populacional nos centros urbanos mais industrializados, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

O êxodo rural teve início nas regiões de maior desenvolvimento, onde o processo de capitalização e mecanização ocorreu primeiro e de forma mais intensa.

A modernização da agricultura brasileira contribuiu para que a população mais rica ficasse mais rica ainda por meio da apropriação fundiária (SILVA, 2000). Evidentemente, que o processo de modernização, provocou o aumento da pobreza no campo, devido a expansão da grande propriedade por meio da mecanização e da utilização de agroquímicos diminui a necessidade de mão-de-obra do trabalhador rural, e também ocorreu a diminuição dos trabalhadores volantes (boias-frias), que assistiram a oferta de trabalho diminuir, sendo obrigados a sujeitarem a duros turnos no campo por diárias cada vez mais irrisórias (AMSTALDEN, 1991).

Devido a distribuição desigual da terra, a pobreza se intensificou decorrente de um processo em que se buscou o favorecimento das propriedades patronais, legitimando os grandes latifúndios, dando origem à expressão de “ modernização conservadora” (EHLERS, 1999).

Segundo Graziano Neto (1985, p. 27) a modernização conservadora da agricultura pode ser definida como:

[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente.

Corroborando para com a modernização da agricultura, ocorreu o processo de mecanização do campo, trazendo inúmeras consequências para o pequeno proprietário, tais como: o endividamento de muitos agricultores, a deterioração dos preços agrícolas, a redução do espaço físico, a inadequação da legislação trabalhista, entre outros. E, ainda a dispersão de agricultores em busca de novos espaços, contribuindo com o inchamento das cidades.

Portanto, o processo de modernização levou um grande número de agricultores à decadência, levando inúmeros trabalhadores rurais para as periferias urbanas, contribuindo para o aumento significativo de trabalhadores rurais empobrecidos. (VEIGA, 2000).

A ocupação agrícola das terras no Brasil aconteceu sem nenhum planejamento, como aponta Guimarães (1979, p. 242):

O que se viu foi o monopólio da terra, o sistema latifundiário, ditar suas próprias regras, passando a vigorar, desde logo, o mais desenfreado banditismo, sob o comando de grileiros a serviço dos grandes açambarcadores de terras nacionais e estrangeiros para quem foram canalizados os benefícios vultuosos investimentos da infra-estrutura feitos com os dinheiros públicos (Guimarães, 1979, p. 242).

E ainda, o processo de expansão do agronegócio foi incentivado por meio de uma política de créditos e pelo desenvolvimento urbano-industrial, que tinha como objetivo responder às demandas da economia, ou seja do mercado, e assim, ocorreu tamanha alteração na base produtiva do país (GONÇALVES, NETO, 1997).

Pode-se dizer que a estratégia da modernização juntamente com a inovação tecnológica serviu também para reafirmar as características do “modelo” agrícola brasileiro, capitalista, dependente, concentrador, dominador, exportador e excludente (Tormin et al, 2013). Todavia, o processo de modernização capitalista da agricultura, bem como o processo de globalização da economia, contribuíram para instabilidade do emprego no campo, assim sendo, muitos trabalhadores necessitaram vender sua força de trabalho para os grandes latifúndios do agronegócio, e que muitas vezes obrigados à auto-exploração para permanecerem no campo.

Uma das conseqüências da introdução da mecanização da produção no campo foi o aumento do trabalho temporário, ocorrendo uma dependência maior de formas esporádicas de trabalho entre categorias sociais como bóias-frias e familiares não-remunerados. Segundo, Martine e Arias (1987, p. 55):

[...] na década de 70, as ocupações estáveis e permanentes foram em grande parte desestruturadas devido: à adoção de escalas de produção maior que expulsaram pequenos produtores, sejam eles proprietários ou não; à maior utilização de máquinas que expulsou a mão-de-obra tradicional; às mudanças nas relações de trabalho que expulsaram parceiros e arrendatários; finalmente, à especulação fundiária que também expulsou todo o tipo de trabalhador rural, mesmo em circunstâncias em que não houve mudanças efetivas no processo de produção (MARTINE E ARIAS, 1987, p. 55).

Atualmente as grandes plantações como, por exemplo: soja, milho e feijão, entre outras já são 100% mecanizadas. E até mesmo a área de fruticultura a sua colheita já não conta mais com as mãos dos homens. Em decorrência dessa realidade, segundo dados de 2006 da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram comercializadas no país 25,6 mil máquinas agrícolas, incluindo tratores e colheitadeiras. Em 2012, o número já havia mais que dobrado: foram 69,3 mil máquinas, alta de 6,2% frente a 2011. Segundo um balanço da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) de janeiro a novembro do ano de 2012, o segmento agrícola faturou R\$ 9,7 bilhões, crescimento de 6% sobre igual período de 2011.

O uso da mecanização do trabalho fez com que trabalhadores fossem dispensados porque não eram mais necessários o ano todo e também sua dispensa liberava o proprietário de pagamentos de encargos sociais. Na verdade, o processo de modernização trouxe mudanças sobre o emprego agrícola de forma diferenciada, afetando algumas regiões mais do que outras.

Enfim, a mecanização no campo contribuiu para que ocorresse modificações nas relações de trabalho. O trabalhador rural, que antes era contratado para fazer o plantio e a colheita da cana-de-açúcar, do café e algodão, uma minoria deles estão agora controlando as máquinas. O antigo trabalhador conhecido como boia-fria foi obrigado a

trocar o campo pelo trabalho na cidade, em setores como a construção civil. De acordo com especialistas, essa substituição dos trabalhadores por máquinas contribuiu para o crescimento econômico, sendo que uma única máquina pode substituir 100 ou mais trabalhadores.

Considerando, tais afirmações, pode-se afirmar que no processo de mecanização do trabalho tem contribuído para que o capitalismo continue com sua lógica perversa no campo, marcada pelo consumismo desenfreado e pela exploração da natureza e das pessoas. Enfim, o processo de desenvolvimento do campo tem sido responsável pela exclusão e marginalização dos povos camponeses, entre outros. Mas, também pela destruição da biodiversidade, colocando em risco toda a humanidade.

IV CONCLUSÃO

O agronegócio foi responsável por inúmeras e profundas transformações na agricultura brasileira. Nas últimas décadas, deixou de ser um setor provedor de alimentos para tornar-se integrado aos setores industriais. Ou seja, o agronegócio passou a ser um devastador socioambiental, em que buscou priorizar o modelo de monoculturas como possibilidades de concentração e acumulação.

Com base nas contribuições do reconhecido José de Souza Martins, é possível afirmar que a luta pela terra e pela permanência na terra de indígenas, camponeses e sem terras nasce de um processo histórico de expropriação, concentração de terra e privação do acesso desses povos a terra.

O fato é que as modificações das relações de produção ocasionada pela expansão do agronegócio se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1960, transformando o trabalhador simples em proletários. Pode-se dizer ainda que, muitos desses trabalhadores dispensados decorrentes da mecanização do trabalho no campo, transformaram-se em população sobrando, desempregados. E com isso, houve uma intensificação das desigualdades devido às exclusões e desapropriações desses trabalhadores, precarizando ainda mais as relações de trabalho no campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997a. p. 17-26.

AMSTALDEN, L. F. F. **Os custos da modernização.** Campinas: UNICAMP/IFCH, ano 1, n.1, 1991. 56 p. (Monografia).



BOLSADI, O. V.; BORIN, M. R.; SILVA, J. G. da; BELIK, W. **Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período de 1990 a 2000.** ACRIC. São Paulo, SP, . 49 (1) : 23 – 40, 2002.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. In: **Revista Nera.** Ano 7, n. 5. Agosto/Dezembro de 2004 – ISSN 1806-6755.

DAVIS, J. H. & GOLDBERG, R.A **A concept of Agribusiness.** Harvard University, 1957.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

GONÇALVEZ, J. S.; SOUZA, S. A M. Heterogeneidade e competitividade: o significado dos conceitos frente ao mosaico de disparidades da agricultura brasileira. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 30, n. 11, p.34-48, nov. 2000.

GRAZIANO DA SILVA .J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia:** crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense,1982. 154 p.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.362 p.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

MARTINE; Arias. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetes, 1987. p. 41-57.

MARTINS, José de Souza. **Não Há Terra para Plantar Neste Verão:** O Cerco das Terras indígenas e das Terras de Trabalho no Renascimento Político do Campo. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Kaul. **Contribuição para a crítica da economia política.** Lisboa: Estampa, 1973.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 15. n. 43. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015. Acesso em: 18 Set. 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.



PEREIRA, João Marcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. El agro brasileno: de la modernización conservadora a la hegemonia Del agronegocio. In. ALMEYRA, Guillermo; *et al* (Org.). **CAPITALISMO: Tierra y Poder em America Latina (1982-2012)**. Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay. Primera edicion. México: Universidade Autônoma Metropolitana, 2014.

PIRES, Selma Sousa; *et al*. A expansão do agronegócio e a expropriação Agrária da Amazônia. In: **Anais do XXIX ALAS**. Congresso Latino Americano de Sociologia, 2013, Santiago. Congresso Latino Americano de Sociologia, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SEADE, **Sensor Rural Seade**. São Paulo: n. 14, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/> Acessado em 03 de janeiro de 2011.

SOARES, P. R. R. **A modernização agropecuária na região Sul do Rio Grande do Sul**. In: COLOQUIO DE GEOGRAFIA RURAL DE ESPAÑA, 2000, Lleida. **Anais...** Lleida: Universidade de Lleida, 2000. 1 CD-ROM.

VEIGA, J. E. da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: **BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2000. p.19-35.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**. Mato Grosso: ed. UFMT, 2008.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no brasil: impactos Econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

TORMIN; Thalita Freitas, *et al*. A consolidação das leis do trabalho e a mecanização da lavoura cafeeira na região de Monte Carmelo-MG. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.77-90, jan./jun.2013.